

REFLEXÃO

AS CIÊNCIAS SOCIAIS e ECONÓMICAS NA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

No momento presente, as sociedades estão a mudar rápida e profundamente, colocando vários desafios, destacando a OCDE os seguintes:

- **ambiental:** alterações climáticas e esgotamento dos recursos naturais exigem medidas urgentes e adaptação;
- **económico:** o conhecimento científico está a criar novas oportunidades e soluções que podem enriquecer as nossas vidas, mas provocando perturbadoras ondas de mudança em todos os setores, o que coloca a questão de saber se é necessário criar novos modelos económicos, sociais e institucionais para alcançar uma vida melhor para todos;
- **interdependência financeira** aos níveis locais, nacionais e regionais criou cadeias de valor global e uma economia partilhada, mas também incerteza generalizada e a exposição ao risco económico e às crises;
- **social:** a população mundial continua a crescer, migração, urbanização e aumento da diversidade social e cultural estão remodelar países e comunidades, as desigualdades na qualidade de vida e oportunidades de vida estão a aumentar nalguns países, e conflitos e instabilidade dão origem a políticas populistas que estão a minar a confiança nos governos.

Deste modo, a OCDE considera que a educação tem um «papel vital a desempenhar no desenvolvimento do conhecimento, competências, atitudes e valores que permitam que as pessoas participem e beneficiem de um futuro sustentável e inclusivo. Aprender a formular objetivos claros e exequíveis, trabalhar com outras pessoas com diferentes perspetivas, encontrar oportunidades inexploradas e identificar múltiplas soluções para grandes problemas será fundamental nos próximos anos». Devendo a educação, para além de preparar os jovens para o mundo do trabalho, «equipar os alunos com as competências que eles precisam para se tornarem cidadãos ativos e empenhados». (*The future of education and skills, Education 2030*, OCDE 2018).

Assim, **no sentido de redesenhar currículos ou implementar novos currículos** que permitam conhecer os «conhecimentos, as competências, as atitudes e os valores que serão necessários para moldar o futuro da educação e enfrentar os desafios do século XXI», a **OCDE propôs um projeto - Curriculum Content Mapping (CCM)** - em que os países refletem sobre as suas próprias práticas e aprendem com as experiências dos outros. Portugal é um dos países participantes.

O CCM tem como objetivo identificar em que medida estão presentes nos currículos existentes dos países as competências para enfrentar os desafios do século XXI, pois isso permitirá aos decisores políticos identificar as áreas de aprendizagem, em que uma determinada competência aparece com mais destaque no currículo escrito. Esta análise comparativa pode ajudar ao desenvolvimento futuro do currículo.

Em Portugal, os resultados dessa aplicação ao currículo do 3.º ciclo, ou seja, às Aprendizagens Essenciais de algumas disciplinas permitiram concluir que as competências relativas à Literacia Financeira não apareciam em nenhuma delas e as relativas ao Empreendedorismo apenas numa delas.

Assim, dado que não existe nenhuma disciplina de Economia ou de Educação Financeira no ensino básico, nem no ensino secundário, os alunos portugueses no final dos 12 anos de escolaridade não terão adquirido quaisquer conhecimentos ao nível da educação económica e financeira.

Por outro lado, o governo português estabeleceu uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania que apresenta como um dos seus princípios uma “**Conceção não abstrata de cidadania**”, atendendo a três eixos, dos quais destacamos os seguintes:

- Atitude cívica individual (**identidade cidadã**, autonomia individual, direitos humanos);
- Relacionamento social e intercultural (**democracia**, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão dos conflitos).

Foram também definidos domínios desenvolver na componente da Cidadania e Desenvolvimento que se organizam em três grupos com implicações diferenciadas, do seguinte modo:

- 1.º Grupo - Obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais): Direitos Humanos; Igualdade de Género; Interculturalidade; Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental e Saúde
- 2.º Grupo - Trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico: Sexualidade; Media; Instituições e participação democrática; Literacia financeira e educação para o consumo e Segurança rodoviária
- 3.º Grupo - Com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade: Empreendedorismo; Mundo do Trabalho; Risco; Segurança, Defesa e Paz; Bem-estar animal e Voluntariado.

Uma conceção não abstrata de cidadania que permita aos alunos adquirir uma atitude cívica e um relacionamento significa que estes **terão de possuir conhecimentos, nomeadamente, sobre economia, finanças e política.**

Ora o que constatamos é que, em Portugal, essas disciplinas não integram o currículo nacional obrigatório e os temas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento que estão relacionados com a economia ou a política poderão nem sequer ser lecionados, pois não são obrigatórios, poderão apenas ser lecionados em pelo menos dois anos do ensino básico - «Instituições e participação democrática; Literacia financeira e educação para o consumo».

Mas, vejamos de forma separada a importância destes dois domínios do conhecimento.

Literacia económica e financeira

As crises económicas, o endividamento das famílias tem vindo a realçar a necessidade da população, neste caso a portuguesa, conhecer o funcionamento da economia e as implicações que as suas decisões irão ter sobre o consumo e a poupança. Este conhecimento é vital na formação de um cidadão informado e mais ativo.

Deste modo, estudar Economia é importante para todos nós, pois quotidianamente tomamos ou tomam por nós decisões económicas, não nos esqueçamos que os recursos são limitados e que tentamos satisfazer as nossas necessidades que são ilimitadas. Assim, o estudo da Economia pode ajudar-nos a compreender melhor as escolhas envolvidas em muitas decisões pessoais e políticas dos governos que afetam as nossas vidas.

Quer isto dizer que a literacia económica corresponde à capacidade para aplicar processos de raciocínio na tomada de decisões sobre o uso dos recursos escassos, analisar as consequências prováveis da escolha das diferentes alternativas, avaliando os custos e benefícios de cada uma delas.

A Economia é, assim, a ciência da escolha, mas apesar de ser na fase adulta que participamos mais ativamente na vida económica, as crianças e os jovens serão os adultos de amanhã. Contudo, atualmente, as crianças começam cada vez mais cedo a tomar decisões económicas, por exemplo, decidir como gastar e em quê o dinheiro, quando são confrontadas diariamente com publicidade cujo objetivo é influenciar as suas decisões de consumo. Mais tarde, enquanto adultos, terão de tomar decisões enquanto consumidores, produtores, trabalhadores ou cidadãos, sobre o que devem ou não comprar, qual percentagem de rendimento devem gastar ou poupar, como aplicar os seus rendimentos, etc. E até mesmo, enquanto cidadãos participativos e ativos politicamente, precisam de ter a capacidade de entender as decisões dos políticos e as suas promessas eleitorais a nível económico.

Neste contexto, a **Literacia Económica é fundamental para o exercício de uma cidadania informada e ativa**, o que implica a aquisição na escola das ferramentas necessárias para tomar decisões económicas de forma pensada, ou seja, a aquisição de uma Literacia Económica tem de ser vista como um processo contínuo e sequencial, que deve começar nos primeiros anos de escolaridade.

Mas, será que a população portuguesa possui estes conhecimentos sobre o funcionamento da economia?

Os estudos existentes não permitam diagnosticar o real nível de informação da população portuguesa sobre assuntos de economia, mas sim sobre literacia financeira.

Literacia financeira

A literacia financeira é, essencialmente, *“a capacidade de usar os conhecimentos e competências para gerir eficazmente os recursos financeiros, ideal para ter uma vida de bem-estar financeiro, assim, é algo que todos temos que trabalhar todos os dias, devendo fazer parte da nossa educação”* (Banco Mundial). Enquanto a educação financeira *“será o meio de incrementar o nível de literacia financeira da população, capaz de auxiliar os cidadãos a compreender os riscos financeiros e tomar decisões mais apropriadas para seu próprio bem-estar”* (OCDE)

A OCDE refere que a literacia financeira é uma competência nuclear para participar na sociedade moderna, pois as crianças e os jovens estão a crescer num mundo cada vez mais complexo, onde eventualmente «precisam se encarregar de seu próprio futuro financeiro». Contudo, diversas pesquisas nacionais mostram que jovens adultos têm entre os mais baixos níveis de literacia financeira, o que se reflete na sua incapacidade para escolher os produtos financeiros.

Deste modo, a OCDE defende que as crianças precisam de desenvolver competências para ajudar a escolher entre opções de educação e de carreira e gerir

quaisquer fundos que possam vir a receber e que podem implicar a utilização de contas de poupança ou cartões bancários. Assim, os *Princípios e boas práticas para a educação financeira da OCDE* recomendam que a educação financeira se inicie tão cedo quanto possível, começando a ser ensinada nas escolas, integrada no currículo escolar desde uma tenra idade, pois é um processo a longo prazo - «integrar a educação financeira nos currículos desde tenra idade permite que as crianças a adquirir os conhecimentos e competências para construir o comportamento financeiro responsável ao longo de cada etapa da sua educação». Esta integração é especialmente importante quando os pais não estão informados para ensinar seus filhos sobre as funções do dinheiro e as suas aplicações.

De acordo com o Banco de Portugal, o nível de literacia financeira da população portuguesa permanece insatisfatório. Num Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa em 2016, foram obtidos os seguintes resultados:

- cerca de 30% não planeiam o seu orçamento familiar e cerca de 40% não faz qualquer poupança;
- 40% não consegue calcular um juro simples, 80% não sabe o que é um *spread* e 95% não compreende o conceito de capital garantido de um valor mobiliário;
- entre os segmentos populacionais com menor índice de literacia financeira encontram-se os jovens (16-24 anos) e os estudantes.

O artigo de Tiago Espinhaço Gomes no Jornal I – *Educação Financeira: prioridade nacional* (2017) – também evidencia as lacunas da população portuguesa ao nível da literacia financeira quando refere que «são inúmeros os exemplos de reduzida literacia financeira que encontramos no dia-a-dia. No espaço público é comum assistirmos, por exemplo, a destacados agentes políticos a defender a existência permanente de défices orçamentais (porventura sem compreenderem que a acumulação de défices resulta em dívida pública). Ou ainda outros tantos a sugerir uma solução para os “lesados do BES” financiada com dinheiro público (provavelmente sem saberem que o Estado não tem a responsabilidade de ressarcir perdas privadas em investimentos financeiros com risco).

Mesmo em termos pessoais, dou por mim várias vezes a explicar a amigos ou familiares noções financeiras básicas, por exemplo: o significado de PIB, ou a importância de avaliar a TAER [taxa anual efetiva revista]/TAEG [taxa anual efetiva global] quando se contrai um crédito. A meu ver estes são conteúdos que qualquer cidadão tem o direito (e dever) de aprender para que se possa assegurar a sua independência financeira. Assim, em meu entender, esta realidade reforça a necessidade de atuar de forma incisiva na componente educativa.»

Com efeito, até agora a maioria dos portugueses adquiria os seus conhecimentos financeiros ao acaso, nas escolas, não geralmente com os seus pais, mas principalmente nos meios de comunicação social e no seu relacionamento com outras entidades empresas, bancos, etc.

O Plano de Formação Financeira dinamizado pelo Banco de Portugal, CMVM e ASF tem tido um impacto limitado às escolas envolvidas no projeto, não apresentando uma grande amplitude a nível nacional. A introdução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento também não nos parece poder aumentar o nível de literacia financeira dos portugueses pois só poderão aprender esse conteúdos se for lecionado o tema de Literacia Financeira.

Considerando que cidadãos com conhecimentos económicos e financeiros terão não só práticas mais responsáveis na sua vida pessoal (por exemplo, não correndo riscos de sobre-endividamento), como na sua participação política, avaliando mais conscientemente os responsáveis políticos e económicos, **a APROCES considera que, caso não seja efetuada uma revisão curricular, seja disponibilizada em oferta complementar no 3.º ciclo (preferencialmente 8.º e 9.º anos de escolaridade) a disciplina de Educação Económica e Financeira.**

Mas esperamos que, após a análise dos resultados do CCM, o estudo comparativo ajude o Ministério da Educação a desenvolver um novo currículo e introduza uma disciplina de Educação Financeira (5.º ao 7.º anos de escolaridade) e Economia e Sociedade (8.º e 9.º anos de escolaridade), conforme a APROCES tem vindo a defender.

Nesse sentido, chamamos a atenção para os **currículos de países como, por exemplo:**

- **Austrália:** entre os anos 7-10 é obrigatória uma disciplina denominada *Economics and Business* que explora os aspetos económicos que afetam a nossa vida diária e onde os alunos irão aprender o papel que os indivíduos, as empresas e o Estado desempenham na economia e a forma como tomam decisões para colocar os recursos e os efeitos dessas decisões.
- **Nova Zelândia:** a partir do nível 6, quando são introduzidas as disciplinas de História e Geografia também é introduzida a disciplina de Economia, pelo menos até ao nível 8.
- **França:** a nova reforma curricular introduziu uma disciplina obrigatória em todos os cursos, incluindo os cursos profissionais, «ciências económicas e sociais» no equivalente ao 10.º ano (*classe de seconde*), os objetivos são: a aquisição de conhecimentos essenciais em economia, sociologia e ciência política; permitir aos alunos descobrir novas áreas disciplinares que nos seus estudos anteriores não foram abordados e assim auxilia-los nas suas escolhas e contribuir para a sua formação cívica permitindo-lhes a compreensão dos problemas económicos, sociais e políticos.
- **Estados Unidos:** apresentam *standards* a nível do conhecimento económico desde o ensino primário, deixando liberdade aos diferentes Estados para os adotarem ou não (Council for Economic Education, 2018 *Survey of the States*, www.councilforeconed.org/surveyofthestates).
- **Reino Unido:** a aprendizagem de conhecimentos económicos e financeiros está integrada em dois dos anos da disciplina de Cidadania que é obrigatória em 3 anos do ensino secundário – Key stage 3: funções e usos do dinheiro, importância e prática de orçamentação e gestão do risco; Key stage 4: receitas e despesas, crédito e débito, seguros, poupanças e pensões, produtos serviços financeiros e gestão das despesas e receitas do Estado.

(https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/381754/SECONDARY_national_curriculum.pdf)

Em conclusão, como afirma Tiago Espinhaço Gomes no Jornal I – *Educação Financeira: prioridade nacional* (2017), “é necessária a criação de um currículo oficial de Educação Financeira, o seu conteúdo deveria abranger conteúdos simplificados de Economia, Gestão e Finanças (públicas e privadas), e ser lecionado formalmente durante a componente letiva, ou seja, é necessária uma estratégia de médio prazo que tenha como objetivo atingir todas as 2.700 escolas do 2º e 3º ciclo de ensino até 2025”

Literacia democrática/política

A educação, como vimos, tem várias finalidades, para além da preparação para o mercado de trabalho, da transmissão de conhecimentos, da contribuição para o desenvolvimento pessoal, também deverá ter como grande objetivo a preparação para o exercício de uma cidadania democrática.

Deste modo, muitas organizações internacionais, como a OCDE, têm recomendado a introdução de uma disciplina de cidadania nos currículos de todos os níveis de ensino, tendo como objetivo promover os valores humanos e cívicos. Neste enquadramento, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania refere que a presença da cidadania na educação configura uma intenção de assegurar “um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceitos de cidadania nacional” (Preâmbulo do Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

Contudo, **a introdução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no currículo não prepara os alunos para o exercício de uma cidadania democrática**, fornecendo-lhes conhecimentos, competências e capacidades para prepará-los para desempenhar um papel ativo e pleno na sociedade, fomentando a compreensão de democracia, de governo, de direitos e deveres dos cidadãos, etc. e isto porque o programa da disciplina omite praticamente a dimensão política da cidadania, em

especial, no ensino secundário, onde apenas aparece um tema - Instituições e participação democrática – a ser lecionado em dois ciclos e não como obrigatório no ensino secundário.

Ora, a introdução de uma disciplina autónoma no ensino secundário de cidadania é, no caso português, muito importante dado que **a iliteracia dos portugueses a nível político é muito grande**. Veja-se, por exemplo, a sondagem realizada pelo ISCTE/ICS para o Expresso e a SIC (Jornal Público, maio de 2019) relativamente às últimas eleições para o Parlamento Europeu de onde se podem retirar as seguintes conclusões:

- a maioria dos portugueses não consegue identificar um único eurodeputado português atualmente em funções, pois 69% não são capazes de indicar o nome de um eurodeputado português, “seja porque admitem que não sabem ou recusam responder (55%), ou porque indicam um nome incorreto (14%)”
- só 31% dos inquiridos acertaram nas respostas quanto ao cabeça de lista de cada um dos partido;
- na resposta à questão “Quem vamos eleger nas eleições europeias?”, apenas 55% dos inquiridos respondem acertadamente, 34% dos inquiridos assumem não saber, 5% afirmam que se irá escolher “os membros da Comissão Europeia”, 4% acreditam que se irá eleger “os membros do Conselho Europeu” e 1% afirmam que o objetivo é nomear “os membros do Tribunal de Justiça da UE”.
- os jovens até aos 24 anos foram os que menos acertaram (apenas 47%).

Mas, também o Eurydice Brief, *Citizenship Education at School in Europe* (2018) afirma que a disciplina de Educação para a Cidadania deve ser introduzida desde o ensino primário, contudo as competências associadas ao pensar criticamente e agir democraticamente, que são claramente os aspetos mais políticos da educação para a cidadania, devem ser lecionadas aos alunos mais velhos.

Com efeito, o pensamento crítico pressupõe a capacidade de abstração e pensamento analítico, os quais são mais desenvolvidos em alunos mais velhos e, por outro lado, também faz mais sentido preparar os estudantes para se comportarem democraticamente no final do ensino secundário, no fim da escolaridade obrigatória quando os estudantes atingem a maioridade e adquirem o direito de voto.

Assim, preparar os cidadãos portugueses para o exercício de uma cidadania democrática **só será possível com a oferta de uma disciplina de Cidadania (ou com outra qualquer denominação)**, ao longo do percurso escolar dos alunos e **com carácter obrigatório nos últimos anos do ensino secundário**, tal como acontece em quase todos os países, entre os quais destacamos os seguintes:

- **Canadá:** não tem um currículo nacional, contudo, os vários estados acordaram que, para além das disciplinas tradicionalmente obrigatórias, seria incluída a educação cívica no currículo da primária (6 anos – 6-12 anos) e do secundário (6 anos -12-18 anos).
- **Austrália:** entre os anos 7-10 é obrigatória uma disciplina denominada Civics and Citizenship, a introdução desta disciplina no currículo é para assegurar que os alunos adquirem competências e valores para se tornarem cidadãos informados e ativos.
- **Nova Zelândia:** entre os níveis 1-8 o currículo integra uma disciplina obrigatória de Social Studies que nos últimos anos incide principalmente sobre direitos e deveres dos cidadãos.
- **Reino Unido:** a disciplina de Cidadania é obrigatória em 3 anos do ensino secundário, sendo o seu grande objetivo fornecer aos alunos conhecimentos e competências que lhes permitam compreender as questões políticas, ao longo dos três anos vão-se aprofundando os conhecimentos sobre democracia, governo e direitos e deveres dos cidadãos. (Citizenship studies GCSE).

- **França:** a disciplina de Educação Moral e Cívica é obrigatória “dans l'école au collège (cycles 2, 3 et 4)” e os seus objetivos são: aceitar o outro; adquirir e partilhar os valores da república francesa e construir uma cultura cívica (a importância da lei e do direito e abertura à ética do debate que caracteriza o espaço democrático).

No ensino secundário, a Educação moral e cívica é obrigatória, estando associada com cada um dos três níveis de ensino um tema principal: no 1.º nível é a liberdade, no 2.º nível é a sociedade e na classe terminal é a democracia.

Os grandes objetivos desta disciplina são preparar alunos para o exercício da cidadania e contribuir para transmitir os valores da República Francesa, ajudando os estudantes a tornarem-se responsáveis e livres, conscientes dos seus direitos e seus deveres.

(https://www.education.gouv.fr/cid140434/les-nouveaux-programmes-du-lycee-general-et-technologique-a-la-rentree-2019.html#Enseignement_moral_et_civique_en_1re

e https://cache.media.education.gouv.fr/file/SP1-MEN-22-1-2019/84/8/spe572_annexe2_22-1_1063848.pdf)